



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2998***

*de 24 de outubro de 2025*

**Dispõe sobre autorização para a doação de lotes, para a construção de unidades habitacionais no Município de Corumbá/MS, define os critérios pertinentes e estabelece outras providências.**

*O PREFEITO DE CORUMBÁ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** O Município de Corumbá fica autorizado a realizar a doação de 03 (três) lotes e a respectiva construção de unidades habitacionais para a população em vulnerabilidade social, que residam em áreas de risco, em situação precária ou para atendimento do cadastro de demanda habitacional, com renda familiar de até 02 (dois) salários-mínimos, com finalidade de assegurar o acesso a terrenos urbanizados e à moradia digna e sustentável.

**Art. 2º** O Município entregará ao beneficiário o lote, livre de qualquer ônus que possa existir sobre o lote.

**Art. 3º** Serão adotados os seguintes princípios:

I - compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

II - moradia digna como direito social fundamental, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal;

III - democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;

IV - função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso ao lote urbano e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

**Art. 4º** São objetivos desta Lei:

I - viabilizar para a população em vulnerabilidade social acesso a lote urbano e à moradia digna e sustentável;

II - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;

*III - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação, podendo inclusive realizar convênios com as demais instituições públicas ou privadas, concedendo aporte financeiro para a construção da unidade habitacional no lote doado.*

**Art. 5º** *São diretrizes adotadas por esta Lei:*

*I - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de baixa renda, podendo promover a articulação com programas e ações do Governo Federal, Estadual e Municipal;*

*II - utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;*

*III - utilização prioritária de lotes de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;*

*IV - sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;*

**Art. 6º** *As doações de terrenos e construção das unidades habitacionais, somente poderão ser realizadas se atendidos os seguintes requisitos:*

*I - a pessoa de baixa renda, assim aferida por profissional do Serviço Social Municipal;*

*II - Termo de compromisso assinado pelo beneficiário com as obrigações e encargos assumidos;*

*III - o beneficiário do programa tem que ter comprovação de residência no município, através de informações e documentos oficiais de no mínimo, 05 (cinco) anos;*

*IV - o beneficiário já contemplado em outros programas habitacionais (federal, estadual e municipal) não poderá ser contemplado novamente, devendo ser analisados através do Sistema Cadúnico e pelo sistema*

*próprio do Município e do Estado;*

*V- Nos casos de substituição de moradia, moradias em áreas de risco ou moradia em situação precária, deverá ser apresentado laudo técnico, atestado por engenheiro civil ou arquiteto e urbanista designado pelo Município.*

**§ 1º** *São meios aptos à comprovação de renda:*

- a) Carteira de Trabalho;*
- b) Folha de pagamento;*
- c) Declaração do beneficiário, sob as penas da lei, somada à avaliação por profissional do serviço social;*
- d) Contratos;*
- e) Certidões ou atestados de pessoa idônea ou empresa;*
- f) Certidão do INSS; e,*
- g) Outros meios admitidos em direito.*

**§ 2º** *Em caso de falecimento do beneficiário (donatário) antes da entrega do imóvel, e constatada a ausência de vulnerabilidade social do núcleo familiar, o imóvel reverterá ao Município sem nenhum direito de indenização ou compensação aos sucessores, o qual deverá selecionar outra família que atenda os critérios desta lei.*

**Art. 7º** *O beneficiário da doação do lote e da unidade habitacional, não poderá dispor do imóvel pelo prazo de 05 (cinco) anos e não será mais beneficiário de outros programas de habitação de interesse social.*

**§ 1º** *Fica o Beneficiário dessa Lei obrigado a utilizar o imóvel doado, exclusivamente para moradia própria e de seu núcleo familiar, sendo vedado vender, alugar, transferir, ceder, dar em comodato, emprestar no todo ou em parte, abandonar, propiciar que o imóvel fique vago ou abandonado, pelo prazo exigido no caput deste artigo.*

**§ 2º** *Em caso de descumprimento das obrigações e encargos pelo beneficiário (donatário), independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, caberá a reversão do imóvel doado, podendo ainda o Município exigir o ressarcimento de valores em virtude da depreciação do imóvel.*

**Art. 8º** *As localizações dos lotes a serem doados não serão de escolha do beneficiário e serão definidas pela Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Corumbá - AMHARC, sendo autorizado ao Poder Executivo estabelecer outros critérios, desde que impessoais e objetivos e não sejam ofensivos à moralidade e aos demais princípios regentes da Administração Pública.*

**Art. 9º** *Os beneficiários serão selecionados pela Agência Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Corumbá - AMHARC, que apresentará relatório social do perfil socioeconômico do núcleo familiar e atestará a sua impossibilidade de adquirir casa própria, certificando-se de que o mesmo não tenha sido contemplado anteriormente por programas habitacionais instituídos pelo governo municipal, estadual e federal.*

**Art. 10.** *Só Poderão ser beneficiadas pelo programa de interesse social as famílias que aderirem ao estabelecido na respectiva legislação do programa instituído e/ou parceria firmada pelo Município para viabilizar a construção das unidades habitacionais.*

**Art. 11.** *O Município às suas expensas deverá escriturar o terreno em nome do beneficiário até a entrega da unidade habitacional, constando na matrícula cláusula reversiva para o caso do não cumprimento das obrigações e encargos.*

**Parágrafo único.** *O Município deverá ainda providenciar a averbação da*

unidade habitacional à margem da matrícula, no prazo de 2 (dois) anos, contados da entrega da unidade habitacional.

**Art. 12.** A doação de que trata esta Lei dar-se-á em estrita observância à legislação pertinente, sendo dispensada a licitação, nos termos do §6º do art. 76 Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser formalizada mediante escritura pública.

**Art. 13.** Os 03 (três) lotes doados são:

**I - Lote "34":** mede 10,00 m de frente por 20,60 m de fundo, perfazendo uma área de 206,00 m<sup>2</sup>, com frente para a alameda Acácia Vermelha: a) limita-se ao Norte com parte do lote 33 da alameda Acácia Azul, por onde mede 10,00 metros; b) limita-se ao Sul com frente para a alameda Acácia Vermelha, por onde mede 10,00 metros; c) limita-se ao Leste com a alameda Acácia Azul, por onde mede 20,60 metros; e, d) limita-se ao Oeste com o lote 35 da alameda Acácia Vermelha, por onde mede 20,60 metros, valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), Matrícula 38.439.

**II - Lote "45":** mede 9,90 m de frente por 20,30 m de fundo, perfazendo uma área de 200,97 m<sup>2</sup>, com frente para a alameda Acácia Azul: a) limita-se ao Norte com parte da ÁREA "B", por onde mede 20,30 metros; b) limita-se ao Sul com o lote 46 da alameda Acácia Azul, por onde mede 20,30 metros; c) limita-se ao Leste com parte do lote 47 da rua Luiz Feitosa Rodrigues, por onde mede 9,90 metros; e, d) limita-se ao Oeste com frente para a alameda Acácia Azul, por onde mede 9,90 metros, valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), Matrícula 38.450.

**III - Lote "46":** mede 9,90 m de frente por 20,30 m de fundo, perfazendo uma área de 200,97 m<sup>2</sup>, com frente para a alameda Acácia Azul: a) limita-se ao Norte com o lote 45 da Alameda Acácia Azul, por onde mede 20,30 metros; b) limita-se ao Sul com parte dos lotes da Sub Quadra "A", 11

(6,30 m), 12 (10,00 m) e 13 (4,00 m), todos da rua João B. O. Motta, totalizando 20,30 metros; c) limita-se ao Leste com parte do lote 47 da rua Luiz Feitosa Rodrigues, por onde mede 9,90 metros; e, d) limita-se ao Oeste com frente para a alameda Acácia Azul, por onde mede 9,90 metros, valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), Matrícula 38.451.

**Art. 14.** As despesas serão desenvolvidas, dentro da previsão do PPA, LDO e LOA e dos planos anuais estabelecidos pelo Município de Corumbá, correndo a despesa por conta do recurso orçamentário do Município de Corumbá.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Parceria com as demais instituições públicas ou privadas para viabilizar total ou parte da construção das unidades habitacionais de Programa Habitacional de Interesse Social.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor a partir da data de publicação.

*Registra-se e Publica-se*

**GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA PREFEITO DE CORUMBÁ**

---

*Lei Ordinária Nº 2998/2025 - 24 de outubro de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*